

PERFIL ECONÔMICO

FINANCEIRO DAS COMPANHIAS ENERGÉTICAS BRASILEIRAS: ANÁLISE DA LIQUIDEZ NO PERÍODO DE 1998 A 2000.

1 - INTRODUÇÃO

As companhias energéticas exercem atividades econômicas que visam a exploração dos sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. No Brasil, este serviço é explorado por concessão do Governo Federal. Na geração de energia elétrica, as concessões são dadas para cada usina. Na distribuição, as concessões são dadas por municípios, onde o concessionário passa a ter o monopólio do serviço. De acordo com a Constituição Federal, as novas concessões têm sido outorgadas por meio de licitação. A venda de energia elétrica de concessionárias geradoras para concessionárias distribuidoras é feita mediante contratos nos quais os preços são fixados pelo poder concedente. Ou seja, o Governo Federal fixa as tarifas de fornecimento da energia elétrica.

A partir da década de 90, o setor energético tem passado por um processo de reorganização, através de novas resoluções e decretos que visam principalmente a universalização da prestação do serviço público de energia elétrica (prevista para até 2005), assim como a ampliação da liberdade de escolha do fornecedor de energia para todos os consumidores.

Para a liberação do mercado de serviço público de energia elétrica a partir de 2003, torna-se imprescindível que as companhias energéticas brasileiras preparem-se para um ambiente mais competitivo. Nesse sentido, torna-se necessário que tais empresas invistam no setor para conquistar novos consumidores, fidelizar os clientes atuais e implementar medidas de redução de custos.

Neste novo contexto, as companhias energéticas brasileiras estão sendo pressionadas a investir de maneira mais firme e eficaz. O grande desafio para elas é capacitarem-se para disputar posição no mercado. No entanto, esses investimentos de capital só viabilizarão resultados positivos se as companhias energéticas mantiverem liquidez adequada, ou seja, se elas conseguirem subsistir. Desta forma, diante da necessidade de investimentos do setor energético, é dada a importância ao estudo de sua liquidez para sua própria sobrevivência.

Sendo assim, esta pesquisa tem por objetivo mostrar o perfil econômico – financeiro das Companhias energéticas brasileiras, através do estudo de sua liquidez no período de 1998 a 2000, caracterizando-se como um estudo de caso, cuja metodologia é bibliográfica e documental, porque consiste em descrever o assunto propriamente dito, utilizando documentos idô-

□ Cristina Alves Ribeiro
□□ Geraldo Alemandro Leite Filho

□ Graduada em Ciências Contábeis da Unimontes – MG,
□□ Administrador, Mestrando em Contabilidade e Controladoria da FEA/USP e Professor de Finanças do Curso de Ciências Contábeis da Unimontes – MG.

neos (as Demonstrações Contábeis). As empresas estudadas foram escolhidas aleatoriamente, através do método de amostragem simples, obtendo-se dados contábeis e financeiros de 10 (dez) empresas num universo de 65 (sessenta e cinco), dentre elas:

- Cia. Hidro Elétrica São Francisco
- Centrais Energéticas de Minas Gerais - CEMIG
- Cia. Eletricidade Est. RJ – CERJ
- Companhia Energética de Pernambuco - CELPE
- Espírito Santo Centrais Elétricas S/A
- ELETROPAULO Metropolitana El. S. Paulo. A
- ELEKTRO Eletricidade e Serviços S/A
- EMAE Emp. Metropolitana Águas Energias S/A
- LIGHT Serviços de Eletricidade S/A
- Serra da Mesa Energia S/A

A análise da liquidez será efetuada mediante o modelo de Análise Tradicional de Demonstrações Contábeis e pelo modelo Dinâmico de Análise, proposto pelo Prof. Michael Fleuriel, que permite examinar além da liquidez, a estrutura de financiamento da empresa.

2 - AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E A LIQUIDEZ:

Segundo Dante Carmine Matarazzo (1987), as Demonstrações Contábeis são o produto da escrituração contábil. São relatórios que demonstram sinteticamente as operações da empresa num determinado exercício. Para este estudo será necessário apenas uma Demonstração Contábil, o Balanço Patrimonial.

2.1 Liquidez no método tradicional de análise,

De acordo com SILVA (1995), a liquidez contábil reflete a capacidade que a empresa tem em saldar seus compromissos a curto prazo. O índice de liquidez tem o objetivo de testar o grau de proteção de que dispõem os credores para financiar suas

operações a curto prazo. Este índice relaciona os ativos circulantes com os passivos circulantes para demonstrar a segurança imediata contra a inadimplência.

Segundo MATARAZZO (1987), na análise de Balanço pelo método tradicional, a liquidez é encontrada a partir do confronto do Ativo Circulante com as dívidas de curto prazo. O resultado obtido, o índice de liquidez, procura medir a solidez da base financeira da empresa.

Os índices de liquidez demonstram que quanto maior se apresentarem, em melhor situação financeira a empresa se encontra, ou seja, maior grau de conversibilidade de certos ativos em caixa num prazo compatível com as suas necessidades mais urgentes. Os índices de liquidez evidenciam a situação financeira da empresa diante de seus compromissos e também revela as qualidades dos itens num determinado momento. De acordo com a qualidade de seus itens, a liquidez foi classificada em Seca, Corrente e Imediata

2.2 Liquidez Contábil no Método Dinâmico de análise:

De acordo com OLINQUEVITCH e SANTI FILHO (1987), o estudo da liquidez na Análise Dinâmica, é a combinação de diversos fatores de caráter operacional. A liquidez é encontrada a partir da combinação de três variáveis: o Capital de Giro, a Necessidade de Capital de Giro e o Saldo de Tesouraria.

Tais variáveis refletem o mecanismo contínuo de operacionalidade da empresa, a própria circulação das contas que compõe o ciclo operacional da empresa. Este modelo, representa o comportamento dinâmico dos elementos patrimoniais de curto prazo, contrapondo o modelo tradicional que trata as contas patrimoniais de forma estática.

Para se efetuar uma análise com base nesse modelo é necessária a reclassificação das contas do Balanço Patrimonial.

A reclassificação consiste em padronizar as contas do Balanço Patrimonial para um modelo pré-definido. É a reorganização do Balanço Patrimonial de acordo com o conteúdo de cada conta. O Balanço Patrimonial reclassificado possibilita melhor visualização e interpretação dos dados de várias empresas em análise, ou seja, proporciona uma melhor comparabilidade entre as diversas empresas do mesmo ramo. Esta padronização do Balanço Patrimonial consiste em separar o que é operacional e o que é financeiro.

No modelo proposto por OLINQUEVITCH e SANTI FILHO (1987), as contas do Ativo e do Passivo levam em consideração o fator temporal relacionado com o ciclo operacional da empresa, ou seja, a própria dinâmica da empresa.

De acordo com este modelo as contas podem ser classificadas em Cíclicas (operacionais) e Erráticas (financeiras ou não operacionais).

As contas cíclicas ou operacionais são as fontes e aplicações de recursos que tem vínculo direto com o ciclo operacional. Por isso, constituem a necessidade de capital de giro. As contas erráticas, financeiras ou não cíclicas não estão associadas de forma direta, à atividade operacional.

As contas não cíclicas são formadas pelas fontes e aplicações de caráter não operacional. Estas contas têm a natureza estratégica, ou seja, financiam as aplicações necessárias para a empresa operar no mercado.

Quadro 01: Modelo de Estrutura Patrimonial Reclassificada:

ATIVO	PASSIVO
Ativo Circulante:	Passivo Circulante
Contas Cíclicas	Contas Cíclicas
Contas Financeiras	Contas Financeiras
Longo Prazo	Longo Prazo
Ativo Permanente	Patrimônio Líquido

Fonte: OLINQUEVITCH e SANTI FILHO (1987)

Após a reclassificação do balanço patrimonial, faz-se necessário calcular as três variáveis que compõe o modelo:

- Necessidade de Capital de Giro – NCDG
- Capital de Giro – CDG
- Saldo de Tesouraria – T

As empresas financiam suas atividades econômicas de duas formas básicas: através de capital próprio ou através de capital de terceiros. O Capital de Giro (CDG) é normalmente a principal fonte de fundos da empresa, são os recursos que circulam várias vezes em determinado período que corresponde à parcela de fundos que a empresa aplica em seu ciclo operacional. O Saldo de Tesouraria (T) é uma variável que determina o saldo entre as aplicações e os fundos de curto prazo. A Necessidade de Capital de Giro é, com frequência, uma aplicação operacional e o Saldo de Tesouraria é uma fonte ou uma aplicação, dependendo de ser ele positivo ou negativo.

A Necessidade de Capital de Giro (NCDG) é uma aplicação operacional, a própria necessidade de fundos para o funcionamento das atividades operacionais. Calcula-se pela diferença entre as Contas Cíclicas do Ativo e as Contas Cíclicas do Passivo. Quando positiva, representa uma aplicação de fundos com conotação permanente, ou quando assume valores negativos, representa uma fonte de recursos para a empresa. A NCDG indica qual o nível de recursos necessário para se manter o giro dos negócios. As contas que a compõem expressam operações de curto prazo, haja vista que modificações nas políticas de crédito e de compras produzem efeitos imediatos sobre o fluxo de caixa, uma vez que alteram o ciclo financeiro. Os dois fatores que promovem alterações na NCDG são: o tempo decorrido entre o momento em que realiza o pagamento efetivo das compras de insumo para prestar serviços e aquele em que ela recebe pela prestação de serviço; e o nível de atividades operacionais da empresa

O Capital de Giro é a parcela dos recursos próprios da empresa que se encontram disponíveis para aplicações, ou seja, é o montante de recursos próprios disponíveis para financiar suas atividades e que não estejam aplicadas em Ativos fixos. Contabilmente, o Capital de Giro é obtido através da fórmula: Patrimônio Líquido menos o Ativo Permanente.

O Capital de Giro quando positivo, implica que as fontes permanentes superam as aplicações permanentes, há uso de recursos estáveis para financiar a Necessidade de Capital de Giro; indica que o montante de recursos próprios disponíveis para financiar as atividades da empresa. Quando negativo, o Capital de Giro, implica que as aplicações financeiras superam as fontes permanentes, representando o uso de recursos a curto pra-

zo para financiar ativo de pouca liquidez; indica a indisponibilidade de recursos próprios para financiar as imobilizações.

Considerando a fórmula acima, para obter o Capital de Giro, podemos afirmar que todas as operações que acarretam diminuição do Patrimônio Líquido, reduzem o Capital de Giro e todas as operações que acarretam diminuição do Ativo Permanente e/ou aumento do Patrimônio Líquido aumentam o Capital de Giro. Desta forma, as principais atividades que alteram o CDG são:

Atividades que reduzem o CDG – Capital de Giro

- Prejuízos
- Aquisição de ativo imobilizado
- Gastos em despesas operacionais (Ativo Diferido)
- Distribuição de lucros

Atividades que aumentam o CDG – Capital de Giro

- Lucros
- Vendas de bens do ativo permanente
- Aporte de recursos de sócios para aumento de capital
- Depreciação, Amortização, e Exaustão

O Saldo de Tesouraria é composta pelas contas que não se relacionam diretamente com a atividade operacional da empresa. São contas que depois de realizadas, constituem, definitivamente em entradas e saídas de caixa. Calcula-se pela diferença entre o Ativo errático e o Passivo errático, funcionando como o barômetro financeiro da empresa por representar o saldo entre as aplicações e os fundos de curto prazo. Quando negativo, significa que o Capital de Giro é insuficiente para financiar a NCDG, ou seja, não cobre as operações correntes. Isso indica que a empresa faz uso de recursos onerosos de curto prazo para se financiar, aumentando o seu risco de insolvência. Se for positivo, esse saldo indicará que o CDG financiou as operações correntes e ainda propiciou sobra que a empresa dispõe para aplicar no curto prazo, aumentando sua margem de segurança financeira.

Entretanto, quando a Tesouraria se apresenta negativa, nem sempre implica uma situação financeira apertada. Faz-se necessário examinar a proporção da Tesouraria negativa em relação a NCDG e qual a tendência que ela assume durante vários períodos. O resultado que se obtém ao efetuar esse relacionamento constitui o índice de liquidez da empresa. Quando esse indicador é negativo e evolui também nesse sentido, tem-se uma situação financeira com tendência para o desequilíbrio econômico – financeiro.

Portanto, a liquidez no Modelo Dinâmico será calculada pela fórmula: $Tesouraria / Necessidade de Capital de Giro. (T / NCDG)$.

2.3 - Tipos de Estrutura e Situação Financeira:

A união entre as três variáveis que caracterizam a posição financeira da empresa (a Necessidade de Capital de Giro, o Capital de Giro e Tesouraria) determinam, não apenas a estrutura financeira, mas também a situação de liquidez, e solvência da entidade em determinado período.

Segundo BRASIL e BRASIL (2001) são seis tipos de estrutura e de situação financeira: excelente, sólida, insatisfatória, péssima, muito ruim e de alto risco (ver quadro).

Quadro 2 - Tipos de Estrutura e Situação Financeira

Tipo/Item	CDG	NCDG	T	Situação
I	+	-	+	Excelente
II	+	+	+	Sólida
III	+	+	-	Insatisfatória
IV	-	+	-	Péssima
V	-	-	-	Muito ruim
VI	-	-	+	Alto Risco

Fonte: BRASIL e BRASIL (2001)

Nota: (+) indicador de valor positivo (-) indicador de valor negativo

3 - COMPORTAMENTO DA LIQUIDEZ DAS COMPANHIAS ENERGÉTICAS BRASILEIRAS NO PERÍODO DE 1998 A 2000.

O primeiro passo para a realização deste estudo consistiu na reclassificação das contas circulantes do Balanço Patrimonial. Elaborou-se um reagrupamento dos elementos constituintes do Ativo e Passivo de curto prazo, de acordo com o Modelo Dinâmico. O segundo passo foi extrair as variáveis NCDG, CDG e T para cada companhia energética estudada. Posteriormente calculou-se a mediana de cada uma dessas variáveis para se obter um valor representativo para o setor. O terceiro passo foi a combinação desses três itens. A união desses elementos que compõem a posição de curto prazo das companhias permite não somente mostrar a situação de liquidez e solvência no momento da análise, mas também demonstrar uma tendência que poderá ser assumida em um curto espaço de tempo e/ou longo prazo. Além disso, pode-se verificar o tipo de estrutura financeira adotada pelo setor energético.

4 - RESULTADO DA ANÁLISE: SETOR ENERGÉTICO BRASILEIRO NO PERÍODO DE 1998 A 2000

Ao se apurar as variáveis integrantes do Modelo Dinâmico, observou-se que as companhias energéticas, apresentam situações muito parecidas entre si. A maioria demonstrou situações bastante comuns ao apresentarem o CDG negativo, a NCDG positiva e T negativa. As variáveis para cada uma das companhias analisadas podem ser observadas a seguir:

Quadro 3: Valores das Variáveis CDG - Empresas analisadas no período de 1998 a 2000

Empresas	1998	1999	2000
Capital de Giro – CDG (x R\$ 1000,00)			
CEMIG	(1.469.655)	(1.718.642)	(1.546.587)
CERJ	(1.202.764)	(1.435.421)	(1.652.022)
CELPE	(5.767)	2.542	(135.736)
S.FRANCISCO	(5.527.427)	(6.111.017)	(6.128.038)
ELEKTRO	(1.146.763)	(927.404)	(877.726)
ELETROPAULO	(2.981.706)	(2.876.527)	(3.308.778)
EMAE	(63.493)	(56.563)	(39.813)
ESPIRITO SANTO	(908.237)	(1.132.154)	(1.208.973)
LIGHT	(6.413.599)	(7.853.430)	(8.245.277)
SERRA DA MESA	(3.009.618)	(2.376.863)	(2.551.096)
CDG (Mediana)	(2.271.750)	(2.448.548)	(2.569.405)

Fonte: os autores

Quadro 4: Valores das Variáveis NCDG - Empresas analisadas no período de 1998 a 2000

Empresas	1998	1999	2000
Necessidade de Capital de Giro - NCDG (x R\$ 1000,00)			
CEMIG	(71.045)	123.645	259.149
CERJ	208.278	237.660	196.739
CELPE	190.891	323.224	145.291
S.FRANCISCO	80.627	72.190	294.068
ELEKTRO	42.421	54.246	68.427
ELETROPAULO	764.964	770.477	940.362
EMAE	(5.783)	(27.106)	4.689
ESPIRITO SANTO	25.289	34.376	40.351
LIGHT	601.328	592.148	982.910
SERRA DA MESA	103.053	87.281	135.899
NCDG (Mediana)	194.002	226.814	306.789

Fonte: os autores.

Quadro 5: Valores das Variável Tesouraria - Empresas analisadas no período de 1998 a 2000

Empresas	1998	1999	2000
Tesouraria - T (x R\$ 1000,00)			
CEMIG	(586.904)	(958.232)	(874.567)
CERJ	(871.808)	(165.516)	(391.702)
CELPE	(165.923)	(176.798)	(84.897)
S.FRANCISCO	(560.749)	(637.555)	(72.229)
ELEKTRO	39.288	(60.030)	56.297
ELETROPAULO	(1.311.770)	(1.939.817)	(1.944.268)
EMAE	72.340	60.404	71.885
ESPIRITO SANTO	241.243	142.281	109.412
LIGHT	(2.792.105)	(3.007.886)	(3.291.079)
SERRA DA MESA	(226.815)	(54.344)	(34.248)
T (Mediana)	(616.320)	(679.749)	(645.540)

Fonte: os autores.

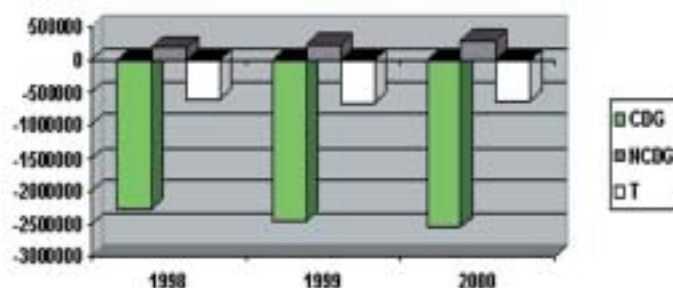
Quando se procedeu à consolidação setorial das dez empresas, observou-se que, em todos os períodos, o setor como um todo não possuía recursos - CDG - para suprir a NCDG, ou seja, as empresas apresentam um quadro que refletem a necessidade de obter recursos onerosos de curto prazo para financiar suas atividades operacionais, apresentando saldo de tesouraria negativo. Essa tendência foi mantida nos dois períodos posteriores. Ver quadro 6 e gráfico 1.

Quadro 6: Valores Medianos - Consolidação do Setor Energético (10 empresas)

Variáveis	1998 (x R\$ 1000)	1999 (x R\$ 1000)	2000 (x R\$ 1000)
CDG	(2.271.750)	(2.448.548)	(2.569.405)
NCDG	194.002	226.814	306.789
T	(616.320)	(679.749)	(645.540)
Liquidez T / NCDG	-3,18	-3,00	-2,10

Fonte: a autora

Gráfico 1: CDG, NCDG e T medianos em valores nos períodos de 1998, 1999 e 2000



Fonte: os autores

Nota: No gráfico, o Saldo de Tesouraria (T) corresponde à diferença entre o Capital de Giro - CDG e a Necessidade de Capital de Giro - NCDG.

4.1 - Estrutura e Situação Financeira do Setor Energético no Período de 1998 a 2000

As empresas do setor energético, que foram objeto de análise neste estudo, apresentaram estrutura e situação financeira insatisfatórias nos períodos de 1998, 1999 e 2000. O valor negativo da variável T revela que o montante do CDG não foi capaz de cobrir a NCDG e essas empresas precisaram recorrer a financiamento de fontes onerosas de curto prazo para assegurar a cobertura da parte da NCDG que o CDG não foi capaz de financiar.

Nesses períodos, as empresas caracterizaram-se como sendo do tipo de estrutura e situação financeira péssima. O valor negativo encontrado para o CDG, positivo para a NCDG e negativo para T, revelou que essas empresas estão aplicando recursos de curto prazo não apenas na NCDG, mas também em ativos com longo prazo de maturação. Ficando assim, difícil a recuperação desses fundos em tempo suficiente para saldar as dívidas de curto prazo.

Quadro 07 - Estrutura e Situação Financeira do Setor Energético no Período de 1998 a 2000

Variável	1998	1999	2000
CDG	-	-	-
NCDG	+	+	+
T	-	-	-

Fonte: a autora

Nota: Deve-se destacar que essa caracterização é representativa da mediana setorial.

4.1 Análise Quantitativa da Liquidez pelo Método Tradicional:

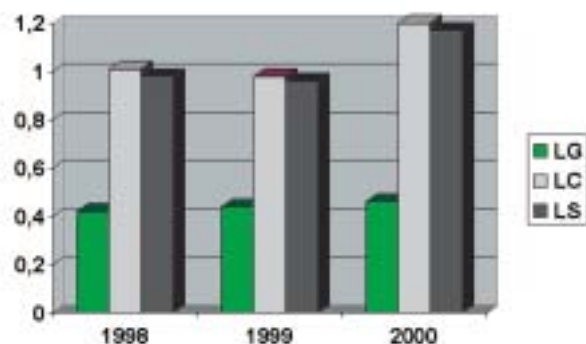
A partir dos dados do Balanço Patrimonial, calculou-se os índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Liquidez Seca de cada empresa. Em seguida, foram extraídos valores medianos das variáveis de Liquidez Geral, Corrente e Seca para consolidar o setor energético.

Quadro 08 – Consolidação Setorial - Índices de Liquidez Geral, Corrente e Seca das Empresas analisadas no período de 1998 a 2000

Variáveis	1998	1999	2000
Liquidez Geral	0.42	0.44	0.46
Liquidez Corrente	1.01	0.98	1.20
Liquidez Seca	0.98	0.96	1.17

Fonte: a autora

Gráfico 2 – Consolidação Setorial - Índices de Liquidez Geral (LG), Corrente (LC) e Seca (LS) das Empresas analisadas no período de 1998 a 2000



Fonte: os autores

Quando se procedeu à consolidação setorial, das dez empresas que participaram da amostra, observou-se que o setor apresenta situação heterogênea. Individualmente algumas empresas apresentam situação favorável, o índice de liquidez apresenta grau satisfatório, em contrapartida, outras apresentam situação extremamente desfavoráveis. Entretanto, o setor como um todo, (a amostra pesquisada) apresentou uma situação desfavorável. A liquidez geral apresentou índice inferior a 1.00, em 1998, 1999 e em 2000, ou seja, o total do Ativo Circulante mais o Ativo Realizável a Longo Prazo não foram suficientes para cobrir o Passivo Circulante mais o Passivo Exigível a Longo Prazo.

A Liquidez Corrente apresentou índice de 1.01 em 1998, ou seja, o total do Ativo Circulante suporta as dívidas totais do Ativo Circulante, em 1999 o índice de Liquidez Corrente revelou que as empresas não dispunham de recursos para quitar suas obrigações de curto prazo, portanto em 2000, este índice sofreu uma alteração positiva, apresentando um percentual de 1.20, ou seja, as empresas apresentavam condições de quitar suas dívidas e dispunham de uma pequena folga financeira.

A Liquidez Seca, em 1998 e 1999 apresentou índices inferiores a 1.00, pois não dispunha de recursos para quitar suas dívidas de curto prazo com recursos de maior grau de conversibilidade monetária. Em 2000, este índice sofreu um acréscimo, apresentou a 1.17, ou seja, as empresas estudadas dispunham de recursos para quitar suas dívidas a curto prazo e apresentaram uma pequena folga financeira.

Em suma, os índices de liquidez neste modelo, apresenta uma situação desfavorável, portanto apresentando reação positiva no decorrer do período, com uma tendência de melhor em períodos futuros.

4.2 – Análise Quantitativa da Liquidez pelo Método Dinâmico:

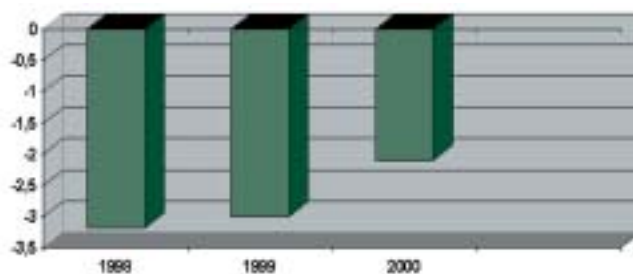
As empresas estudadas apresentaram-se progressivamente mais líquidas no período de 1998 a 2000. O índice de liquidez encontrado para o exercício social de 1998 mostrou-se negativo, indicando situação insatisfatória, pois a Tesouraria precisou cobrir o NCDG, para manter as operações ou seja, os recursos do CDG eram insuficientes. Isto revelou uma tendência de manutenção deste quadro, pois as empresas não conseguiram reverter-lo nos períodos seguinte. Em 1999, o índice de liquidez permaneceu negativo. Verificou-se que houve um decréscimo deste índice no referido exercício social (de -3,18 em 1998 decresceu para -3,00 em 1999). Em 2000 (-2,10), apesar de apresentar uma leve recuperação, continuou a apresentar índice de liquidez negativo, ou seja, aponta uma tendência prospectiva positiva, podendo melhorar em períodos futuros.

Quadro 09: índice de Liquidez para o Setor Energético Brasileiro no período de 1998 a 2000

Variáveis	1998	1999	2000
Tesouraria	(616.320)	(679.749)	(645.540)
NCDG	194.002	226.814	306.789
T/NCDG	-3,18	-3,00	-2,10

Fonte: o autor

Gráfico 3: índice de Liquidez para o Setor Energético Brasileiro no período de 1998 a 2000



Fonte: os autores

5 - CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Pretendeu-se, neste estudo, avaliar o setor energético brasileiro e o seu desempenho empresarial. Através das pesquisas, chegou-se à conclusão que no período de 1998 a 2000 as empresas do setor energético analisadas apresentaram panorama de liquidez desfavorável, com uma tendência de uma pequena melhora nos próximos exercícios, haja vista que foram estudados três anos consecutivos, e apenas no último exercício social apresentou-se um pequeno crescimento no seu indicador de liquidez. Tanto no método Tradicional como Dinâmico, revelou uma situação desfavorável de insolvência a curto prazo.

Constatou-se, ainda, no modelo Dinâmico, que a situação financeira do setor energético brasileiro, apresentou-se insatisfatória, "péssima", no período estudado. As companhias energéticas precisam reestruturar-se para viabilizar novos investi-

mentos e garantir a sua saúde financeira. Portanto ficou evidenciado que o setor energético (as dez empresas estudadas) não possuem capacidade de investimento com recursos próprios, sendo necessário recorrer a financiamentos externos para suprirem a sua necessidade de capital de giro.

No panorama econômico, espera-se que tais empresas viabilizem sua gestão financeira de curto prazo, de modo a propor-

cionar maior tranquilidade para operarem, visto que o mercado é promissor e existe uma perspectiva de crescimento, forçando-as a fazerem reinvestimentos fixos e circulantes.

No entanto, é importante salientar que os resultados aqui relatados se referem apenas às empresas pesquisadas, cujas demonstrações contábeis constam na base de dados Infoinvest, não podendo, portanto, ser generalizados.

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL, Haroldo Vinagre; BRASIL, Haroldo Guimarães. *Gestão Financeira das Empresas: Um modelo Dinâmico*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

CORREIA, Laise Ferraz. *Perfil econômico – financeiro do setor têxtil brasileiro: análise da liquidez no período de 1996 a 1998*. Revista de Administração da FEA/USP. São Paulo, n° 1, p. 25-34, janeiro/março/2001.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Análise de balanços*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MATARAZZO, Dante Carmine. *Análise financeira de balanços: abordagem básica*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1987.

OLINQUEVICH, José Leonidas. *Análise de balanço para controle gerencial: enfoque sobre o fluxo de recursos e previsão de rentabilidade*. São Paulo: Atlas, 1987

WWW.infoinvest.com.br. *relatórios contábeis*. CVM. Outubro/2001.

Anuncie aqui!

Verifique os valores
dos nossos anúncios.
Divulgue seus serviços,
produtos ou empresa.

Ligue: (21) 2223-3277 ramal 105